

Diálogo com credores

Na negociação da dívida externa parece que chegamos a um ponto de decisão. Bresser Pereira, Fernando Milliet e Fernando Bracher seguem para os Estados Unidos para uma série de entendimentos que se apresentam como decisivos.

Agora as negociações se encaminham sem que haja radicalizações e com todos os interlocutores procurando formulações suaves e que não firam os demais. Esta mudança de comportamento é sintomática.

De parte a parte se dá, neste momento, ênfase às formulações que reconfortam e permitem entendimentos. Algo mudou no diálogo que parecia, anteriormente, dominado pela vontade de confrontação. É importante registrar o que permanece e o que mudou no quadro das negociações.

Nossos interlocutores financeiros estão satisfeitos com nossa performance no comércio internacional. Passamos a ter saldos expressivos e isto lhes dá confiança. Quando o Brasil fala que pagará sua dívida, isto soa mais realista que há alguns meses. Sem saldo, as promes-

as não eram consideradas sérias. Chegou um momento, sob este aspecto, que é favorável à negociação. Nossas autoridades sabem disto e pretendem capitalizar a situação rapidamente.

Os credores não estão impressionados somente com nossa balança comercial. Também ficaram relativamente satisfeitos com o plano macroeconômico anunciado pelo ministro Bresser Pereira. As reservas que fazem são partilhadas por nossas autoridades: querem um combate mais decisivo ao nosso déficit público. O Governo se prepara para atender esta reivindicação. Os credores internacionais acreditam que as intenções do Brasil são sérias e que medidas serão tomadas neste sentido.

Favorável ao bom andamento de um acordo é o fato de que o ministro Bresser Pereira passou a contar com um grande respaldo político, não só de seu partido como também do conjunto da Aliança Democrática. Isto consolida a confiança dos credores na durabilidade de sua política.

Ainda a favor do entendi-

mento funciona a convicção generalizada de que ele é indispensável para ambas as partes. Nunca o Brasil colocou sua posição como de ruptura com o mundo financeiro internacional. Ao contrário, mesmo quando usava uma linguagem com um tom de confronto, afirmava estar disposto à negociação. Do outro lado as instituições internacionais também querem negociar.

Nossos títulos no exterior estão sendo negociados com um deságio de mais de cinquenta por cento. Qualquer acordo razoável é melhor para eles que o status quo.

Para o Brasil a questão é salvar os dedos mesmo se alguns anéis sejam perdidos. Aceitando a flexibilidade, o que o Governo quer é garantir uma margem de poupança interna para que nosso crescimento seja assegurado. Pretende também reabrir um fluxo de capitais novos, mesmo que isto decorra de uma cerrada negociação. Em síntese, parece que as possibilidades de um acordo são hoje maiores que em qualquer momento desde a declaração da moratória.